

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS RURAIS ACERCA DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR E DA VIDA NO MEIO RURAL EM ANTÔNIO PRADO/RS

Daniela Oliveira
Ediene Venturin

GRUPO DE TRABALHO: GT4: Desenvolvimento rural, alimentação e consumo sustentável:

RESUMO

O meio rural é permeado por diversas representações sociais que influenciam de forma intrínseca e extrínseca os sujeitos que ali vivem. Compreender as representações sociais do meio rural auxilia na verificação de como os sujeitos rurais se identificam enquanto agricultores, como se relacionam com os atravessamentos do mundo globalizado e como esses fatores influenciam na reprodução social da agricultura familiar. Desta forma, o objetivo deste estudo é o de analisar as representações sociais que os jovens, filhos de agricultores familiares, do município de Antônio Prado/RS, possuem sobre a vida no meio rural, sobre o trabalho na agricultura e sobre as perspectivas de sucessão geracional. Trata-se de um estudo realizado por meio de uma pesquisa qualitativa que utilizou uma combinação de diferentes métodos de coleta e análise dos dados: entrevista semiestruturada, Associação Livre de Palavras (TALP) e anotações em caderno de campo. Foram entrevistados 30 jovens rurais, 15 do gênero feminino e 15 do gênero masculino, com idade entre 15 a 24 anos, filhos de agricultores familiares que residem no interior do município de Antônio Prado. Os dados obtidos foram organizados em campos e subcampos, descritos e analisados por meio da Técnica de Análise do Conteúdo Temática de Bardin (2016). Como principais resultados visualiza-se que as representações sociais dos jovens rurais sobre a vida no meio rural e sobre o trabalho na agricultura possuem caráter favorável, despertando o interesse dos jovens rurais sucederem a unidade de produção familiar e perpetuarem a ocupação de agricultor.

Palavras-chave: Representações sociais. Agricultura familiar. Jovens rurais. Sucessão rural.

1 INTRODUÇÃO

O número de jovens até 29 anos residindo no meio rural brasileiro vem diminuindo constantemente nas últimas décadas¹. Segundo dados do IBGE, no ano de 1970, havia cerca de 10,6 milhões de jovens e, em 2010, esse número reduziu para 7,8 milhões, o que significa que houve uma perda de 2,8 milhões de jovens residentes no meio rural (IBGE, 2017c). Hoje, a população que predomina no meio rural é de pessoas com mais de 65 anos, chegando a 21,4% dos moradores (IBGE, 2022). Em 2006, elas representavam 17,52% (IBGE, 2006).

¹ De acordo com o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), são considerados jovens aqueles que têm idade entre 15 e 29 anos.

Esses dados demonstram um processo de redução e de envelhecimento da população rural, além do aumento das unidades produtivas comprometidas pela ausência de sucessores (Abramovay *et al.*, 1998; Camarano; Abramovay, 1999; Silvestro *et al.*, 2001). Para Abramovay *et al.* (1998), por uma série de motivos, os padrões sucessórios se alteraram, e as condições econômicas que o mundo rural oferece não têm garantido a permanência da juventude rural nas propriedades dos seus pais, processo esse que configura uma nova dinâmica de reprodução social. Associado a essa falta de possibilidades econômicas para a juventude rural, há também fatores simbólicos que são apontados como causas da crise de reprodução na agricultura familiar, tais como a não adesão à identidade social de agricultor familiar e à crença de que o agricultor familiar merece ser reproduzido (Champagne, 2002).

Identificados esses fatores, este estudo aborda as representações sociais que os jovens filhos de agricultores familiares do município de Antônio Prado possuem sobre a vida no meio rural e sobre a ocupação de agricultor. O interesse por Antônio Prado se justifica em função da localização do município, próximo a Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, sendo considerado um importante polo econômico do RS, com condições satisfatórias de infraestrutura, com boas estradas e acesso facilitado à telefonia e internet, além do crescimento econômico da agricultura e do meio rural em anos recentes, principalmente devido à expansão do cultivo de uva e de frutas de caroço, fatores que, *a priori*, representam condições positivas para a permanência de jovens agricultores no meio rural.

Neste contexto, o objetivo deste estudo é o de analisar as representações sociais que os jovens filhos de agricultores familiares de Antônio Prado possuem sobre a vida no meio rural, o trabalho na agricultura e as perspectivas de sucessão geracional. O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa que utilizou uma combinação de diferentes métodos de coleta e análise dos dados: entrevista semiestruturada², Associação Livre de Palavras (TALP)³ e anotações em caderno de campo (Spik, 1993; Flick, 2004). As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e junho de 2022. A amostra, não probabilística e intencional, foi composta por 30 jovens rurais, 15 do gênero feminino e 15 do gênero

² As entrevistas semiestruturadas combinam questões abertas e fechadas, nas quais o participante pode discorrer sobre o tema proposto. As entrevistas foram gravadas para melhor obtenção de seu conteúdo. Após as entrevistas foram transcritas e analisadas (Boni; Quaresma, 2005).

³ A Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP) deriva da Psicologia Social, dos estudos relacionados à Teoria das Representações Sociais. Essa técnica utiliza um ou vários estímulos indutores relacionados ao objeto a ser investigado, podendo ser verbal (palavra, expressão, frase, ideia), não verbal ou icônico (figura, fotografia), material de vídeo (filme, publicidade) e material sonoro (música, som). Essa técnica visa identificar as dimensões latentes das representações sociais, por meio da configuração dos elementos que estabelecem a trama ou a rede associativa dos conteúdos evocados em relação a cada estímulo indutor (Coutinho; Do Bú, 2017).

masculino⁴, com idade entre 15 a 24 anos⁵, filhos de agricultores familiares que residem no interior do município de Antônio Prado.

Os dados qualitativos obtidos na investigação foram avaliados a partir da Análise de Conteúdo Temática, sendo as categorias criadas *a priori* e *a posteriori* (Bardin, 2016). Os dados foram organizados em três campos de análise, sendo cada um composto por subcampos. O primeiro campo corresponde ao conjunto de representações sociais dos jovens rurais e das famílias sobre a ocupação de agricultor. O segundo campo trata das representações sociais dos jovens rurais sobre o meio rural. E o terceiro campo demonstra as perspectivas de sucessão geracional nas unidades de produção familiar. A apresentação e discussão sobre esses campos será realizada na seção de resultados deste artigo.

Além desta introdução, este artigo está dividido em cinco seções: a segunda seção apresenta as referências teóricas utilizadas; a terceira seção apresenta a caracterização da área de estudo; a quarta seção discorre sobre os resultados. Na última, constam as conclusões do estudo.

2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS PARA COMPREENDER A CRISE DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E REPRODUÇÃO SOCIAL

Entre os diversos temas relevantes no âmbito dos debates sobre agricultura familiar, destaca-se o tema da reprodução social das famílias. Para Almeida (1986) a reprodução social na agricultura familiar envolve dois focos de reprodução: um que corresponde a questões econômicas, e outro, a questões extraeconômicas, que podem ser analisados como reprodução de ciclo curto e reprodução de ciclo longo. A reprodução de ciclo curto (anual) envolve a combinação de elementos relativos ao trabalho, aos recursos naturais e aos conhecimentos, e que tem como objetivo suprir o consumo familiar e repor os insumos necessários ao reinício do processo produtivo. Portanto, a reprodução de ciclo curto trabalha com a lógica econômica da família, relacionando elementos como trabalho e consumo.

⁴ Para a escolha dos participantes, foi utilizada a técnica metodológica da Bola de Neve (*snowball*), de Velasco e Rada (1997), que trabalha com amostra não probabilística, utilizada principalmente em pesquisas sociais em que os participantes iniciais do estudo indicam novos participantes que devem indicar outros novos participantes, e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto.

⁵ A faixa etária foi definida de acordo com a literatura do desenvolvimento humano que abrange o período da juventude como a fase de vida pelo qual o sujeito passa por grandes transformações em sua vida, período quando o jovem se depara com uma série de escolhas que determinarão seu futuro, dentre elas a escolha profissional (Papalia; Feldman, 2013).

Já a reprodução de ciclo longo trabalha com os elementos envolvidos na perpetuação das famílias agrícolas, por meio dos nascimentos, casamentos, mortes e heranças (Almeida, 1986; Spanevello, 2008; Brumer; Anjos, 2008). Ou seja, na reprodução de ciclo longo são acrescentadas questões relativas à formação de novas gerações de agricultores e à passagem da gestão da propriedade dos pais para os filhos (sucessão geracional) (Spanevello, 2008).

Segundo Bourdieu (1962), a sucessão geracional possui um papel social definido que é dar continuidade à exploração da propriedade familiar e, para que isso aconteça, os agricultores buscam, entre seus filhos, um sucessor para o seu patrimônio. Desta forma, a garantia da reprodução social na agricultura familiar implica, necessariamente, a presença de um membro da família, entre os filhos, que deseje organizar a sua vida profissional em torno da unidade produtiva. Portanto, para que haja reprodução, é preciso que haja um sucessor que tenha vontade de herdar e que aceite se submeter à continuação do ofício e da condição de vida de seus pais (Silvestro *et al.*, 2001).

A abertura do mundo rural ao mundo globalizado capitalista vem gerando modificações nas escolhas profissionais dos agricultores familiares, principalmente entre as filhas mulheres e os filhos não herdeiros, pela posição que ocupam na lógica reprodutiva e nos projetos familiares, tornando-os mais suscetíveis para sair do campo rumo à cidade (Champagne, 2002). Para Bourdieu (2000, p. 105), essa ligação com o mundo social mais amplo que o microcosmo fechado de outrora, permite “o fim da autarquia psicológica mantida coletivamente, que fazia do mundo fechado da existência familiar uma referência absoluta”.

Novas referências são possíveis, o que permite uma avaliação da vida no meio rural e da atividade ocupacional de agricultor, não somente com base nos valores e nas obrigações presentes no microcosmo fechado, mas também em comparação com as novas possibilidades que o mundo social ampliado oferece. Nesse momento, surge o fenômeno da crise sucessória na agricultura familiar: “[...] quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade” (Abramovay *et al.*, 1998, p. 36).

2.2 O PAPEL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para Champagne (2002), a crise da reprodução do campesinato tradicional permite perceber uma das condições tácitas que, de maneira mais ampla, torna possível o êxito de toda a reprodução social e que reside na crença no valor da posição a reproduzir. Isso significa que,

“para que o produtor rural possa reproduzir-se como produtor, é preciso também que ele possa reproduzir a crença de que o produtor rural merece ser reproduzido” (p. 22).

Assim, a reprodução social supõe a existência de uma adesão indiscutida e coletivamente partilhada a uma identidade social, aquela que se trata precisamente de reproduzir e que participa do próprio processo de reprodução. “Para querer reproduzir-se socialmente, ainda é preciso, com efeito, acreditar ‘valiosa’ a posição social a reproduzir” (Champagne, 2002, p. 22). Ao tratar da crença na posição social, ou ainda de uma identidade a reproduzir, trata-se necessariamente de uma representação social positiva de algo a reproduzir, neste caso, a ocupação de agricultor e a vida no meio rural.

As representações sociais devem ser reconhecidas como sistemas de interpretação que regem a relação com o mundo e que orienta e organiza as condutas e as comunicações sociais (Jodelet, 2001). Desta forma, elas precisam ser observadas como um meio específico de entender e comunicar o que já sabemos⁶.

Durkheim (1968) distingue as representações individuais das coletivas e afirma que as individuais deveriam ser estudadas pelo campo da Psicologia, enquanto as representações coletivas deveriam ser objeto de estudo da Sociologia. Como representações sociais coletivas, Durkheim (1968 *apud* Scott, 2006) considera as “[...] crenças, ideias, valores, símbolos e perspectivas formadores dos modos de pensamento e sentimentos que são gerais e permanentes numa sociedade ou grupo social particular e que são compartilhados como sua propriedade coletiva” (p. 175-176).

Se para Durkheim as representações são formas estáveis de compreensão coletiva, autores contemporâneos, ligados especialmente ao campo da Psicologia Social, admitem tratar-se de um fenômeno social variável e diverso. Moscovici (2007) destaca que as representações sociais são construções dinâmicas, constituídas de diversificados elementos socialmente elaborados e compartilhados entre os sujeitos no meio social. É através das relações interpessoais que as representações sociais surgem e estimulam a criação de símbolos, que são fragmentos da realidade social e criados pelas atividades desenvolvidas pelo sujeito, dando sentido, formando e transformando o contexto em que está inserido (Jovchelovitch, 2000; Jovchelovitch *apud* Jovchelovitch; Guareschi, 2002).

Ao tratar das representações sociais que os moradores rurais manifestavam acerca do campo e da cidade, o sociólogo francês Placide Rambaud (1973) enfatizou que essas representações expressavam a compreensão desses moradores rurais em relação aos ditos

⁶ Para Moscovici (2007), toda representação possui duas faces: uma icônica e outra simbólica. Sabe-se que representação se refere à imagem e significação, em que uma representação irá igualar a imagem a uma ideia, e a ideia, a uma imagem. Assim sendo, o objetivo da representação é abstrair sentido dos fatos que ocorrem no meio social, de forma que se tornem significativos para os sujeitos que os vivenciam.

espaços e evidenciavam o seu julgamento consciente das vantagens e das desvantagens presentes em cada um deles. Para Brandão (2009), o campo, enquanto um espaço social, é visto como um conjunto de significados associados às vivências e aos valores construídos ao longo do tempo.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Antônio Prado está situado na Encosta Superior da Região Nordeste do estado do RS, região Sul do Brasil, e pertence à mesorregião geográfica Nordeste Riograndense. Antônio Prado faz parte da região metropolitana da Serra Gaúcha (Fig. 1) e encontra-se a 184 km da capital, Porto Alegre e a 53 km de Caxias do Sul (IBGE, 2022; Antônio Prado, 2016).

Figura 1. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO/RS



Fonte: Elaborado por Marília Bolsoni, em 2024, com base em ISAM/UCS (2017).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a população de Antônio Prado é estimada em 12.980 habitantes. O setor de serviços representa 53%, a indústria 31%, e a agropecuária 16% do Produto Interno Bruto (PIB) do município (Sebrae, 2020). Antônio Prado possui 1.036 estabelecimentos agropecuários, sendo 83,88% pertencentes a agricultores familiares (IBGE, 2017a).

Conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2017b), o cultivo de uva é o de maior expressão, com 1.630 ha de área cultivada, seguido pelo pêssego, ameixa, maçã, caqui, laranja, tangerina, limão, figo, pera, goiaba e noz. Os principais cultivos de lavoura temporária são alho, cebola, amendoim, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, trigo, tomate, hortaliças e leguminosas diversas. A pecuária do município é

diversificada, com destaque na produção para o autoconsumo e na integração com agroindústrias processadoras. As principais atividades da produção pecuária são a bovinocultura de corte e de leite, a suinocultura, a avicultura e a apicultura. Incipientes são a aquicultura e a ovinocultura (IBGE, 2017b).

Entre as mudanças recentes na agricultura e no meio rural destaca-se o conjunto de investimentos que vem sendo realizados pelas famílias de agricultores, principalmente na produção de frutas, e que se concretizam na instalação de novos pomares, estufas, coberturas plásticas, *packing houses*, câmaras frigoríficas, irrigação, tratores, implementos agrícolas, pavilhões, caminhões, entre outros. Outro aspecto a ser considerado nessa caracterização, refere-se aos investimentos públicos recentes que vêm sendo realizados pela administração municipal no meio rural. A Lei Municipal nº 3.213, de 24 de junho de 2021 dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o período de 2022 a 2025, onde constam programas de incentivo ao meio rural e à agricultura (Antônio Prado, 2021).

Na Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Desenvolvimento Industrial, o Programa Agropecuária e Agronegócio tem como objetivos: (a) fomentar a diversificação da produção agrícola pela abertura de novas lavouras e cultivos sustentáveis e orgânicos; (b) estimular a construção e renovação de infraestrutura para a criação de animais e agroindústrias; (c) ampliar o uso de tecnologias nas propriedades rurais do município de forma a viabilizar a busca por soluções que aumentem a competitividade e a rentabilidade da produção primária; (d) viabilizar a fixação da juventude no meio rural facilitando o acesso às tecnologias e garantindo que os alunos tenham acesso às ferramentas digitais usadas nos diferentes níveis de ensino (Antônio Prado, 2021, p. 16).

Além destes objetivos, estão em fase de execução a extensão de 25 km de asfaltamento das principais estradas do interior, obras de conservação, abertura, alargamento, encascalhamento e roçada das estradas. Tais informações sobre novos investimentos, públicos ou privados, são importantes para destacar que há, no município, um ambiente de prosperidade econômica e de melhoria da qualidade de vida das famílias do meio rural. Isso é importante, pois, neste estudo, objetivamos avaliar se esses investimentos e melhorias têm sido capazes de alterar as perspectivas de sucessão nas unidades familiares e as representações dos jovens em relação a ocupação e a vida no meio rural.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme apontado na Introdução deste artigo, os qualitativos obtidos na investigação foram analisados e organizados em três campos. O primeiro corresponde ao conjunto de representações sociais dos jovens rurais e das famílias sobre a ocupação de agricultor. O

segundo trata das representações sociais dos jovens rurais sobre o meio rural, e o terceiro campo trabalha as perspectivas de sucessão geracional nas unidades de produção familiar. Nas seções a seguir, o conteúdo destes campos de análise e seus subcampos serão apresentados.

4.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS E DAS FAMÍLIAS SOBRE A OCUPAÇÃO DE AGRICULTOR

Este campo de análise abarca três subcampos: as representações sociais dos jovens sobre a ocupação de agricultor; as representações sociais das famílias sobre a ocupação de agricultor; e o futuro profissional pretendido pelos jovens rurais pesquisados.

4.1.1 Representações sociais dos jovens sobre a ocupação de agricultor

Entre os 30 jovens rurais pesquisados, 27 possui uma representação social favorável à ocupação de agricultor, e três apresentam uma representação desfavorável a respeito do ofício. O principal motivo de avaliação favorável à ocupação de agricultor se refere à importância do agricultor como produtor de alimentos, já que, de acordo com os depoimentos dos entrevistados, “[...] *são os agricultores familiares quem produzem os alimentos que abastecem os mercados da região e do país.*”⁷ Também são apontados como motivos de valorização da ocupação de agricultor aspectos como “[...] *a liberdade de trabalhar ao ar livre, de fazer seu próprio horário e de executar as atividades da forma que consideram mais adequadas e ser seu próprio chefe.*”⁸

Para os jovens que avaliam a ocupação de forma desfavorável o principal motivo apontado é a intensidade do trabalho e as dificuldades de retorno do esforço empreendido.

Conforme depoimento a ocupação de agricultor “[...] *além de ser bastante sofrida, exige trabalho árduo e contínuo, sendo muitas vezes braçal e exposto ao clima, sem descanso, sem férias, sem remuneração fixa e não apresenta segurança financeira.*”⁹

Também foi utilizada a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP), para avaliar a representação dos jovens rurais sobre a ocupação de agricultor. O primeiro estímulo verbal utilizado foi a palavra *agricultura* e os conteúdos evocados pelos jovens estão representados na Figura 2, a seguir. Novamente se verifica que a palavra mais citada foi *produção de alimentos*, e as demais palavras também se referem a aspectos positivos da agricultura.

⁷ Informação concedida por [jovem/21anos], agricultor, em 28 de junho de 2022.

⁸ Informação concedida por [jovem/23 anos], agricultora, em 07 de junho 2022.

⁹ Informação concedida por [jovem/18 anos], agricultor em 30 de maio de 2022.

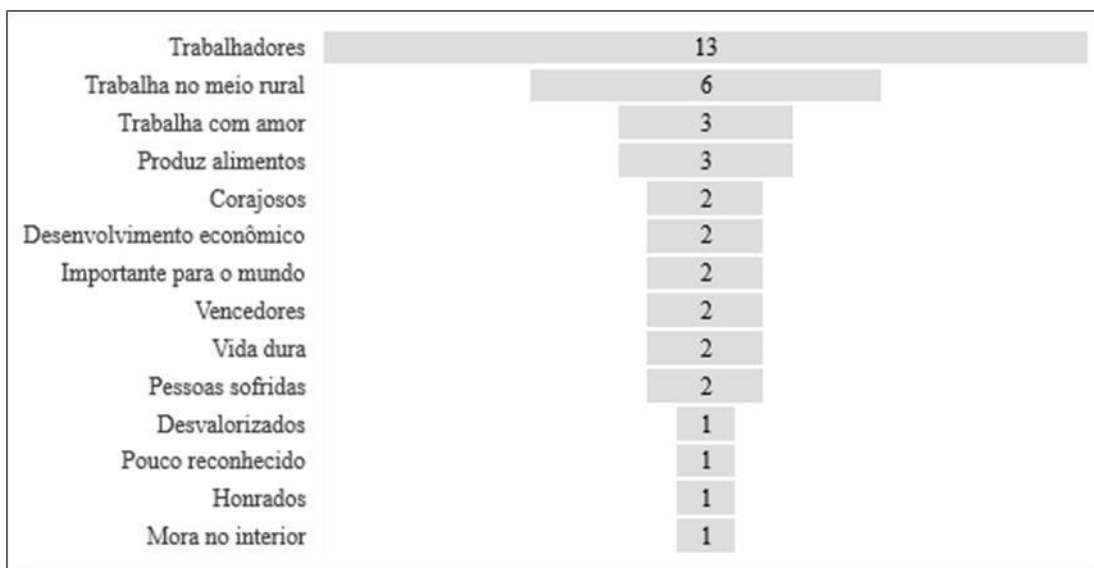
**Figura 2. EVOCAÇÕES ASSOCIADAS A PARTIR DO ESTÍMULO VERBAL
'AGRICULTURA'**

Produção de alimentos	9
Arte de trabalhar com a terra	3
Futuro promissor	3
O agro é que move o Brasil	3
O agro é que move o mundo	3
Plantações	3
Trabalho duro	3
Trabalho no meio rural	3
Fonte de renda	3
Riqueza	3
Acordar cedo todo o dia	1
Aprendizagem	1
Honra	1
Manejo das aves	1
Manejo do leite	1
Manejo dos suínos	1
Manejo dos grãos	1
Manejo dos hotifrutigranjeiros	1
Misto de profissões	1
Produção de qualidade e quantidade	1
Responsabilidade	1
Trabalho fundamental	1
Trabalho gratificante	1

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

Quando o estímulo verbal utilizado foi à palavra *agricultor(a)*, a principal palavra evocada foi *trabalhadores* e *trabalhadores no meio rural*. Juntas, essas palavras expressam uma relação da ocupação com o trabalho em cultivar, transformar e produzir com a terra. As demais palavras foram citadas poucas vezes, mas, de forma geral, afirmam um sentido positivo em relação à ocupação, relacionando-a com a produção de alimentos e com o desenvolvimento, como podemos ver na Figura 3, a seguir:

Figura 3. EVOCAÇÕES ASSOCIADAS A PARTIR DO ESTÍMULO VERBAL 'AGRICULTOR(A)'



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

4.1.2 Representações sociais das famílias sobre a ocupação de agricultor

A seguir, foram questionadas quais as representações que as famílias dos jovens entrevistados têm sobre a ocupação de agricultor. A família exerce influência direta sobre a futura escolha profissional dos filhos, sendo que o estímulo da família pode impactar de forma desfavorável (ou não) na perpetuação da ocupação de agricultor.

De acordo com Kischener *et al.* (2015), a ocupação de agricultor seria passada dos pais para os filhos, durante os afazeres e as práticas diárias das atividades agropecuárias realizadas na unidade de produção familiar. Desta forma, os pais que estão satisfeitos com seu ofício de agricultor tendem a incentivar os filhos a perpetuarem a ocupação. Ao contrário, os pais que não estão realizados com suas conquistas na ocupação não incentivam os filhos a reproduzirem o ofício, incentivando-os a procurarem outras profissões no meio urbano.

No caso em análise, as representações favoráveis foram identificadas em 19 famílias e, nesses casos, a ocupação de agricultor é percebida como uma boa fonte de rendas e como uma ocupação honrosa, digna, gratificante, que proporciona qualidade de vida, além do fato de ser produtora de alimentos e matéria-prima para a população, o que é considerada uma atividade importante para o desenvolvimento do país. Já para os grupos familiares que têm uma representação desfavorável (11 famílias), a ocupação de agricultor é percebida como não digna, sofrida, difícil, pesada, árdua, com descanso e com o trabalhador exposto ao clima (sol, chuva, frio, calor). O fator clima é apontado como um empecilho para uma produção de qualidade, devido aos riscos de constantes intempéries (seca, granizo, enchentes, geadas,

pragas), tornando-se uma ocupação pouco lucrativa, com alto custo de produção e com riscos elevados.

4.1.3 Futuro profissional pretendido pelos jovens rurais

Entre os 30 jovens participantes, 19 pretendem seguir a ocupação de agricultor, sendo 11 do gênero masculino e oito do feminino. Entre as mulheres, duas almejam exercer a ocupação de agricultora concomitantemente com outras profissões, neste caso, licenciatura e agronomia. Dez jovens não pretendem seguir a ocupação de agricultor, mas de profissões como: veterinário(a), enfermeiro(a), administrador(a) de empresas, biomédico(a), vendedora, operador de máquinas e mecânico. Há apenas o caso de uma jovem que ainda não sabe o que pretende fazer profissionalmente.

Tratando-se dos motivos apontados pelos jovens rurais para seguir a ocupação de agricultor, o principal apontado é o gosto pelo trabalho com a agricultura e com a terra (22 jovens) e a identificação com o ofício de agricultor, que é desenvolvida desde a infância, no acompanhando dos afazeres cotidianos na propriedade rural. Entre os principais motivos apresentados pelos jovens rurais para não seguir a ocupação de agricultor estão a vontade de morar na cidade e a falta de incentivo dos familiares para que o jovem dê seguimento à ocupação de agricultor (8 jovens).

4.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS SOBRE O MEIO RURAL

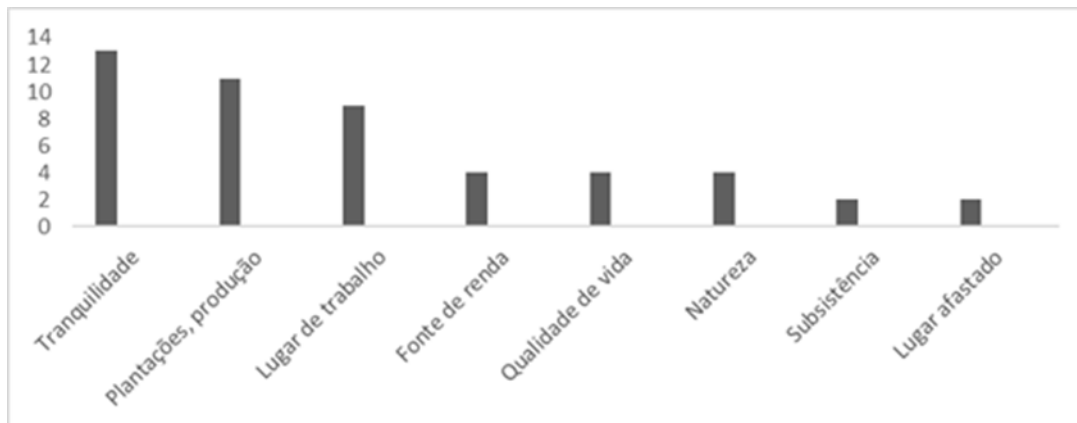
Entre os 30 participantes, 23 jovens da amostra responderam que o meio rural é o melhor lugar para viver. Entre eles, 23 são jovens rurais, 11 são mulheres e 12 homens. Outros seis jovens participantes, sendo cinco mulheres e um homem, não veem diferença entre rural e urbano. Somente um participante considera que o meio urbano é melhor que o meio rural para viver. As principais representações favoráveis sobre o meio rural destacam aspectos relacionados à proximidade, ao contato com natureza e com a liberdade e tranquilidade que o meio rural proporciona. O fato da renda na agricultura, neste caso, ser maior quando comparada com a renda obtida por empregos no comércio e empresas no meio urbano, foi outro ponto bastante mencionado pelos jovens rurais.

Aqui também foi utilizada a TALP, para analisar as impressões, os significados e as sensações (dimensão simbólica) que cada palavra representa para os jovens rurais. Foram utilizados os estímulos verbais *colônia*¹⁰/*interior* e *cidade*. Percebe-se que os aspectos favoráveis (165 frequências) se sobressaem aos aspectos desfavoráveis (26 frequências). Os

¹⁰ Colônia é uma expressão nativa utilizada para expressar a zona rural. Segundo Seyferth (1990), uma propriedade rural também pode ser chamada de colônia.

conteúdos evocados pelo estímulo verbal *colônia/interior* estão representados na Figura 4, como pode ser observado, a seguir:

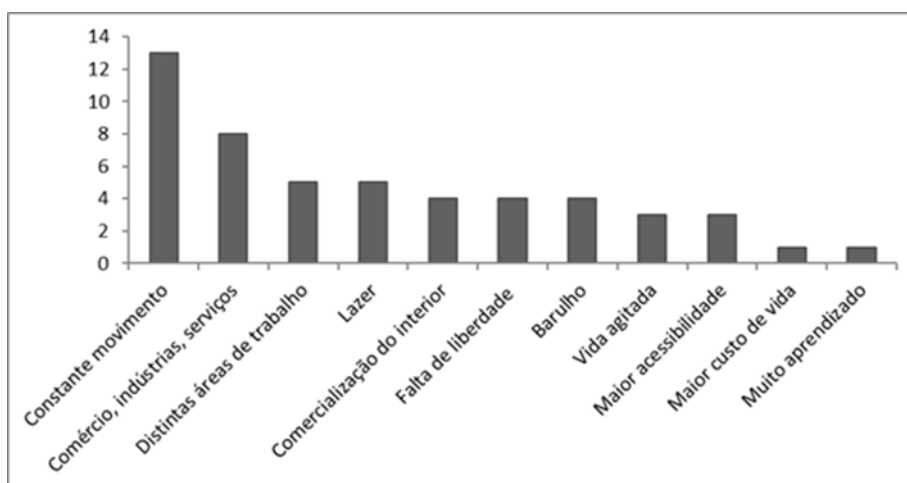
Figura 4. EVOCAÇÕES ASSOCIADAS A PARTIR DO ESTÍMULO VERBAL 'COLÔNIA/INTERIOR'



Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

As palavras pronunciadas pelos jovens referentes ao estímulo verbal *colônia/interior* destacaram o meio rural como sendo um lugar de trabalho, de produção agropecuária, fonte de renda, lugar de tranquilidade, pelo contato com a natureza, o que proporciona qualidade de vida. Verifica-se que as palavras citadas, na sua maioria, transmitem um significado positivo (idílico) ao meio rural, com exceção das palavras “lugar afastado e subsistência” que transmitem uma ideia de tédio, conforme já apontado no estudo de Rye (2006). Os conteúdos evocados pelos jovens rurais através do estímulo verbal *cidade* estão representados na Figura 5.

Figura 5. EVOCAÇÕES ASSOCIADAS A PARTIR DO ESTÍMULO VERBAL 'CIDADE'



Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

Verificam-se aspectos desfavoráveis relacionados com a cidade como lugar que tem barulho e falta de liberdade, o que geram uma vida agitada e com maior custo de vida, em oposição ao apresentado na Figura 4, que trata do meio rural.

4.3 PERSPECTIVAS DE SUCESSÃO GERACIONAL NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Este campo de análise abarca três subcampos: a presença de jovens interessados em dar continuidade à unidade de produção familiar; os motivos relacionados à perspectiva de sucessão; e o papel das famílias no futuro profissional e na sucessão geracional.

4.3.1 Presença de jovens interessados em dar continuidade à unidade de produção familiar

A reprodução social da agricultura familiar, em longo prazo, exige a presença de alguém entre os filhos que pretenda dar continuidade ao trabalho e à gerência da unidade de produção (Almeida, 1986; Spanevello, 2008). Na Tabela 1, são apresentados os resultados sobre os possíveis sucessores nas unidades de produção da amostra.

Tabela 1. POSSÍVEIS SUCESSORES NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR PESQUISADAS

Quem ficará na propriedade	Total	Frequência	
	30 entrevistados	Mulheres	Homens
Entrevistado(a)	13	3	10
Irmão(a) do entrevistado(a)	7	0	7
Entrevistado(a) e seu irmão(a)	3	2	1
Os pais do entrevistado(a)	2	1	1
Não foi decidido	5	2	3

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

Percebe-se que quase todas as unidades familiares de produção têm um potencial sucessor (23), sendo que três delas poderão ter mais de um sucessor. Em outras cinco unidades, ainda não foram decididas como será a sucessão. Somente duas unidades poderão ficar sem sucessores, caso algum outro familiar não assumir a gerência da propriedade. Também é possível verificar o gênero dos possíveis sucessores. Dezenove homens pretendem ficar na propriedade, sendo que um deles dividirá a sucessão e a gerência da

propriedade com seu irmão. Já entre as mulheres, seis pretendem ficar na propriedade, sendo que duas delas dividirão a sucessão e a gerência da propriedade com um irmão.

Os resultados encontrados por este estudo corroboram com dados apresentados pela literatura, que afirmam que geralmente quem assume a sucessão da propriedade são os filhos homens (Champagne, 1986; Brumer *et al.*, 2000; Carneiro, 2001; Juchem *et al.*, 2005; Spavenello, 2008). Conforme Spavenello (2008, p. 109), a possibilidade de as mulheres se tornarem sucessoras ocorre geralmente quando são filhas únicas e/ou quando não constituem matrimônio, sendo a filha celibatária, permanecendo com a família de origem sob a autoridade do irmão que suceder o pai e/ou dividindo a sucessão do estabelecimento com o irmão. Neste estudo, seis mulheres responderam que ficarão na propriedade, sendo uma primogênita, uma filha única, uma casada e as outras duas dividirão a gerência com seus irmãos.

Outra questão importante de ser ressaltada é o expressivo resultado de intenção de jovens rurais permanecerem e sucederem a propriedade familiar. Entre as 30 unidades familiares da amostra, em somente dois casos, há a possibilidade de não haver filhos ou filhas que sucederão os pais na unidade de produção. Nas demais 28 unidades familiares de produção, os jovens rurais participantes apontaram que um(a) filho(a) ou mais de um(a) filho(a) se manterão no trabalho e na gerência da unidade de produção.

4.3.2 Papel da família no futuro profissional e na sucessão geracional

Neste ponto investigou-se qual a posição/opinião da família sobre o seu futuro profissional e sobre a possibilidade de sucessão na unidade de produção familiar. Dos 30 participantes, 24 responderam que a família os incentiva para que permaneçam no meio rural, e na ocupação de agricultor, principalmente para que deem continuidade ao trabalho da família na unidade de produção familiar. Entre eles, 12 são mulheres e 12 são homens.

Os jovens da amostra destacaram como os principais fatores apontados por seus familiares para incentivar a sua permanência no meio rural a boa renda da agricultura e a necessidade de perpetuar os negócios da família e de não abandonar os investimentos feitos na propriedade. Tais afirmações são dos jovens cuja unidade de produção familiar está bem estruturada, com bons investimentos em estruturas de produção e com satisfatória renda obtida com a produção agropecuária.

A renda, na agricultura, é um dos principais fatores apresentados pelas famílias para incentivar a permanência dos jovens no meio rural. Geralmente, os pais usam o argumento de que a renda obtida na agricultura é maior, quando comparada com a renda obtida na cidade em empregos na indústria ou serviços. Estudos realizados por Silvestro *et al.* (2001) e Abramovay *et al.* (1998) constataram que, no grupo familiar rural capitalizado, há maior

estímulo para que os filhos continuem na atividade agropecuária do que no grupo familiar rural descapitalizado.

Outro fator de incentivo das famílias para a permanência dos jovens como agricultores refere-se ao fato de que os agricultores são responsáveis pela oferta de alimentos à população, sendo esse um motivo de orgulho e satisfação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar as representações sociais que os jovens filhos de agricultores familiares de Antônio Prado-RS possuem sobre a vida no meio rural, sobre o trabalho na agricultura e sobre as perspectivas de sucessão geracional. A partir da análise dos dados da pesquisa de campo, pode-se inferir que os jovens da amostra, em sua maioria, possuem representações favoráveis sobre a ocupação de agricultor, especialmente por ser uma atividade produtora de alimentos, com importância na economia da região e por proporcionar aprendizado e conhecimento. Em relação à vida no meio rural, a avaliação favorável também predomina entre os jovens devido a maior renda obtida através do trabalho na agricultura, em comparação com as atividades urbanas, e à liberdade, tranquilidade e contato com a natureza. Nas representações desfavoráveis, o elemento que mais se destacou foram os riscos a que os agricultores e a produção agropecuária estão submetidos, principalmente os climáticos.

Neste trabalho, o elemento risco de mercado, que geralmente é identificado em estudos dessa natureza, não foi mencionado (Scalon, 2021). Infere-se que as redes de comercialização de frutas que têm sido construídas pelas famílias do município, que possuem parentes e vizinhos proprietários de atacados de frutas em várias capitais do país, o acesso a meios de comunicação (internet e telefonia), a boa condição das estradas no meio rural, e a proximidade com um importante centro consumidor, que é a região metropolitana de Caxias do Sul, influencie no fato de o mercado não ter sido apontado como fator de risco entre os entrevistados.

Os dados acima levam a responder, de forma favorável, às perspectivas de sucessão geracional nas unidades de produção familiar, visto que, entre os 30 jovens rurais da amostra, 19 jovens pretendem continuar trabalhando com a agricultura (11 homens e oito mulheres). Esses dados vão ao encontro do estudo de Valadares *et al.* (2016) sobre séries históricas censitárias referente à população rural, com foco na permanência da juventude no campo. Os autores também destacam que, nas duas últimas décadas (2000-2010), ocorreu um aumento nas taxas de permanência dos jovens no campo em quase todas as regiões do país, com

exceção da região Sudeste, podendo esse aumento estar relacionando com a ampliação do acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, segundo os autores.

Neste estudo, as perspectivas de sucessão parecem estar relacionadas com a renda das famílias e com investimentos precedentes realizados, visto que, nas unidades de produção onde foram realizados investimentos de alto custo, como abertura de agroindústrias, renovação e ampliação de pomares, aquisição de maquinários e implementos agrícolas, os jovens rurais demonstraram ter interesse de sucederem seus pais, quando comparados com os jovens rurais onde as unidades de produção familiares não realizaram investimentos expressivos.

Outro ponto que também merece ser considerado refere-se à proximidade a uma região metropolitana que oferece várias opções de educação técnica e de ensino superior. Essa proximidade e acesso facilitado à educação possibilita ao jovem estudar e, ao mesmo tempo, permanecer no meio rural. Salienta-se, no entanto, a importância que as pesquisas referentes à influência que a proximidade aos centros urbanos, a facilidade de acesso aos meios de comunicação e o estudo tecnológico e superior exerce sobre as representações sociais dos jovens sobre o meio rural e sobre as perspectivas de reprodução social das unidades de produção familiar.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios de novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998.
2. ALMEIDA, M. W. B. Redescobindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/01/rbcs01_06.pdf. Acesso em: 27 jan. 2022.
3. ANTÔNIO PRADO. **Plano Municipal de Cultura de Antônio Prado-RS**. Antônio Prado: Secretaria de Comércio e Turismo: Prefeitura Municipal de Antônio Prado, 2016. Disponível em: https://www.cespro.com.br/7231/2016_L3020.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.
4. ANTÔNIO PRADO. *Lei municipal nº 3.213, de 24 de junho de 2021*. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Antônio Prado-RS para o período de 2022 a 2025 e dá outras providências. Antônio Prado: Prefeitura Municipal, [2021]. Disponível em: <https://antonioprado.rs.gov.br/UPLarquivos/190720211626175.pdf> ppa. Acesso em: 25 jan. 2022.
5. BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
6. BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**,

- Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 04 mar. 2022.
7. BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. **Études Rurales**, Paris, n. 5-6, p. 32-136, 1962. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/rural_0014-2182_1962_num_5_1_1011.pdf. Acesso em: 24 mar. 2022.
8. BOURDIEU, P. A dimensão simbólica da dominação econômica. *In*: LINS, D. (org.). **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papirus, 2000. p. 93-119.
9. BRANDÃO, C. R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.
10. BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 27 jan. 2022.
11. BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 6-17, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 27 jan. 2022.
12. BRUMER, A. *et al.* Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIARURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Associação Internacional de Sociologia Rural, 2000. p. 1-30.
13. CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf. Acesso em: 1º dez. 2021.
14. CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/SCGDNz4fpbmR6H5JQkHGH4J/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2022.
15. CARNEIRO, M. J. Juventude Rural: projetos e valores. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, p. 243-261.
16. CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_65_1_2349. Acesso em: 29 jul. 2022.

17. CHAMPAGNE, P. **L' héritage refusé**: la crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950-2000. Paris: SEUL, 2002.
18. COUTINHO, M. P. L.; BÚ, E. do. A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software tri-deux-mots (Version 5.2). **Revista Campo do Saber**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 219-242, 2017. Disponível em: <https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/72>. Acesso em: 05 nov. 2022.
19. FLICK, E. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
20. IBGE. Censo Agropecuário de 2006. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.
21. IBGE. Cidades: Antônio Prado. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/antonio-prado/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 19 set. 2021.
22. IBGE. Censo Agro 2017, indicadores municipais. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2017b. Disponível em: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>. Acesso em: 18 jan. 2022.
23. IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017c. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.
24. IBGE. Censo 2022. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/22827-censodemografico-2022.html>. Acesso em: 19 set. 2022.
25. ISAM/UCS. **Mapas de Antônio Prado**. Caxias do Sul: Instituto de Saneamento Ambiental da Universidade de Caxias do Sul, 2017.
26. JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.
27. JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
28. JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 179-200.
29. JUCHEM, D. M. *et al.* Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 8., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SEMEAD, 2005. p. 1-13. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/92.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

30. KISCHENER, M. A. *et al.* Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, Buenos Aires, v. 16, n. 33, p. 1-28, 2015. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a07>. Acesso em: 7 mar. 2022.
31. MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
32. PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
33. RAMBAUD, P. **Société rurale et urbanisation**. 2. ed. Paris: Ed. du Seuil, 1973.
34. RIO GRANDE DO SUL. **Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul**. 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitanada-serra-gaucha>. Acesso em: 13 jun. 2023.
35. RYE, J. F. Rural youth's images of the rural. **Journal of Rural Studies**, Paris, v. 22, p. 409-421, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2006.01.005>. Acesso em: 20 jan. 2022.
36. SCALON, L. **Jovens mulheres e a sucessão na agricultura familiar**: um olhar a partir das casas familiares rurais de Saudades e Modelo, Santa Catarina. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232605/001134406.pdf?sequence=1&isAlloved=y>. Acesso em: 02 ago. 2022.
37. SCOTT, J. **Sociologia**: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
38. SEBRAE. Perfil das cidades gaúchas: Antônio Prado. **Sebrae**, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_GauchasAntonio_Prado.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.
39. SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1990.
40. SILVESTRO, M. L. *et al.* A agricultura familiar do Oeste Catarinense: repensando novas possibilidades. **Agropec. Cararin.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 41-44, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/RAC/article/download/1385/1236>. Acesso em: 20 jan. 2022.
41. SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acesso em: 18 jan. 2022.
42. SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. *In*: SPINK M. J. P. (org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 85-108.

43. VALADARES, A. A. et al. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. *In*: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 59-96. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6270/1/Dimens%C3%B5es%20da%20experi%C3%Aancia%20juvenil%20brasileira%20e%20novos%20desafios%20%C3%A0s%20pol%C3%Aaticas%20p%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2022.
44. VELASCO, H.; RADA, A. D. **La lógica de la investigación etnográfica**: um modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela. Madrid: Trotta, 1997.